ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO - SEMI
PORTARIA Nº 029/GAB/SEMI/2020

PORTARIA Nº. 029/GAB/SEMI/2020 PORTO VELHO, 02 DE ABRIL DE 2020

O Secretário Municipal de Integração – SEMI, no uso de suas atribuições legais, que foram delegadas de acordo com o Decreto Municipal nº 12.931 de 19 de fevereiro de 2013, que regulamenta a autorização dos Ordenadores de Despesa e do Decreto nº 14.707 de 23 de agosto de 2017 em seu Art. que regulamenta a autorização dos ordenadores de despesa a expedir Portaria de Concessão de Suprimentos de Fundos, e de conformidade com que consta no Processo nº 16.00.062/2020,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Euzébio Lopes Novais, lotado na Subsecretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico e Turismo – Semdestur, mat. 308793, CPF 203.740.972-91, suprimento de fundos, no Projeto Atividade 16.01.04.122.347.2.901 – Apoio Administrativo/Semdestur em regime de adiantamento, a importância de R\$ 8.000,00 (oito mil) reais sendo R\$ 4.000,00 (quatro mil) reais no elemento de despesa 3.3.90.30 – Material de consumo e R\$ 4.000,00 (quatro mil) reais no elemento de despesa 3.3.90.39 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Art. 2º O prazo de aplicação do adiantamento de que se trata o art. 1º será de 90 (noventa) dias, a partir do recebimento do adiantamento e o prazo para apresentação de Prestação de Contas será de 10 (dez) dias a contar do término do prazo de aplicação.

Art. 3º A finalidade do adiantamento será para despesas determinadas no Art. 2º do Decreto 14.707 de 23.08.2017.

Art. 4º Ao responsável pela aplicação do adiantamento caberá fazer, pessoalmente, a sua comprovação de acordo com a legislação em vigor,

Art. 5º O Departamento de Contabilidade efetuará os registros complementares à caracterização comprobatória da aplicação.

Publique-se.

Registre-se

Cumpra-se

ÁLVARO LUIZ MENDONÇA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Integração – SEMI

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:9EB81247

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 20/04/2020. Edição 2695
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO - SEMI
PORTARIA Nº 09/GAB/SEMA/SEMI/2020

Portaria Nº 09/GAB/SEMA/SEMI/2020

Regimento Interno do Parque da Circuito Dr. José Adelino da Silva, disciplinas regras de acesso, utilização, realização de eventos e dá outras providências.

O SECRETARIO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO através da Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA do Município de Porto Velho, no uso das suas atribuições legais;

CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Código de Meio Ambiente do Município de Porto Velho devidamente regulamentado pela Lei Complementar 138/2001;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 13.767 de 20 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a competência e responsabilidade do Parque Circuito e do Parque da Cidade para Secretaria de Meio Ambiente do Município de Porto Velho e dá outras providências; e

CONSIDERANDO o disposto no art. 36 da Lei Complementar nº 650, de 08 de fevereiro de 2017 que criou a Secretaria Municipal de Integração – SEMI, tendo por origem a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEMDESTUR e Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGRIC.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o Regimento Interno do Parque Circuito Dr. José Adelino, o qual tem fulcro no convívio harmonioso que reúne o lazer contemplativo, a realização de eventos culturais e a prática de atividades lúdicas e esportivas.

Parágrafo único: O Parque Circuito Dr. José Adelino da Silva disponibiliza integralmente aos munícipes uma área para atividades recreativas, esportivas e culturais desde que atendam o regulamento e calendário de eventos da Unidade e estejam devidamente autorizados pelo Secretário da SEMI ou subsecretário da SEMA.

Art. 2º – As disposições deste regulamento aplicam-se às pessoas físicas ou jurídicas, de natureza pública ou privada, que utilizarem o Parque Circuito Dr. José Adelino para quaisquer finalidades, tais como recreação, lazer e cultura, ou ainda para atividades de caráter institucional, comercial e prestação de serviços.

DO ACESSO AO PARQUE E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Art. 3º – Institui-se a abertura dos portões do Parque às 06h00min e fechamento dos portões às 19h00min, sendo que o mesmo deverá ocorrer através dos portões principais de entrada localizados na Avenida Lauro Sodré, todos os dias, incluído sábados, domingos e feriados, sendo estes em regime de plantão;

§ 1º Com exceção dos prédios destinados a administração do Parque e concessionárias de serviços de alimentação, não haverá acesso restrito aos munícipes nos limites dos horários estipulados no caput deste artigo.

§ 2º Fora dos horários estabelecidos, somente será permitido acesso ao Parque de:

I – Autoridades civis e militares, servidores municipais, conselheiros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, resgate médico incluindo ambulâncias, bombeiros, empresas permissionárias desde que no desempenho de suas funções e devidamente identificadas.

II – Imprensa autorizada;

§ 3º Prestadores de serviços, expositores, organizadores de eventos ou seus contratados, que exerçam no Parque, temporariamente, atividades relacionadas à realização de mostras, exposições, feiras ou similares, deverá solicitar prévia autorização da SEMA, e seguir as regras contidas em tal documento;

Art. 4º - A administração do Parque Circuito Dr. José Adelino tem funcionamento das 08h00 às 18h00, de segunda a sexta-feira, e das 08h00 às 18h00 aos sábados, domingos e feriados com escalas alternadas.

Parágrafo único: A critério da Administração do Parque, desde de que comunicado e autorizado pelo(s) secretário(s) responsável (is), os horários fixados poderão sofrer alterações por questões administrativas, realização de exposições, comemorações, shows ou outros eventos do município que justifiquem essa medida.

Art. 5º – Cabe ao Secretário da SEMI ou subsecretário da SEMA junto a Administração do Parque Circuito Dr. José Adelino da Silva, autorizar a realização de qualquer obra ou intervenção que necessitem de energia elétrica, de água canalizada e de esgotos.

DO DEVER DOS SERVIDORES, USUÁRIOS E FREQUENTADORES DO PARQUE

Art. 6º – É dever de todos usuários, frequentadores, servidores, prestadores de serviços e permissionários, zelar pelo patrimônio público e ambiental do Parque, sendo que qualquer dano ocasionado ao(s) bem(ns) público(s) e a natureza, deverá ser recuperado de pronto pelo infrator.

Parágrafo único: A equipe de segurança acionará as autoridades competentes quanto ao ilícito praticado, cabendo às autoridades, dentro de suas áreas de atuação, o enquadramento nas sanções previstas em Lei.

DO ACESSO DE VEÍCULOS E MOTOS

Art. 7º - O acesso de veículos motorizados somente poderá ocorrer nos limites da área reservada ao estacionamento, sendo que a velocidade máxima permitida é de 10 km/h, sendo vedado o uso dos gramados e da pista de caminhada para esse fim.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo os veículos, devidamente autorizados, de prestadoras de serviços e do município que frequentemente executam labor para melhoria das dependências do Parque, para descarga de material ou equipamentos pesados, liberando inclusive o acesso através dos demais portões do Parque.

§ 2º O município não terá responsabilidade pela guarda dos veículos durante a permanência no estacionamento, incluindo-se danos, furtos e roubos dos veículos ou objetos deixados em seu interior.

§ 3º Não é permitido aos munícipes deixar veículo no estacionamento entre 19h00min de um dia e 06h00min do dia subsequente, estando sujeito às sanções previstas na Legislação de Trânsito e a solicitação de guincho pela Administração do Parque.

§ 4º Os veículos estacionados ou em circulação em locais não permitidos sofrerão as sanções previstas no Código Nacional de Trânsito, Código Municipal de Meio Ambiente e demais legislações correlatas.

Art. 8º - Cabe a Administração do Parque avaliar e autorizar expressamente o ingresso de caminhões leves, ônibus a outras áreas do Parque, indicando os portões de entrada e locais apropriados para estacionamento.

Parágrafo único: Durante o acesso ao local definido para estacionamento é de inteira responsabilidade do proprietário do veículo ou seu responsável o deslocamento, responsabilizando-se inclusive pelo imediato conserto dos possíveis danos causados às estruturas do Parque.

DA LIMPEZA, HIGIENE E CONSERVAÇÃO DO PARQUE

Art. 9º - A Administração do Parque, através dos servidores lotados naquela unidade e de servidores designados, apoiará os colaboradores dos serviços de conservação, manutenção, limpeza e higienização do Parque.

§ 1º Os serviços de conservação, manutenção, limpeza e higienização do Parque serão realizados em parceria com a Subsecretaria de Serviços Básicos – SEMUSB, Subsecretaria de Obras – SEMOB e Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR.

§ 2º A manutenção das estruturas físicas, elétricas e hidráulicas necessárias à conservação e segurança física das edificações deverá atender às normas e regulamentos estabelecidos pelos órgãos competentes.

§ 3º É de responsabilidade da Administração do Parque realizar as vistorias e fiscalizações em toda a área do Parque, acompanhando os serviços quando de sua execução.

Art. 10 – Fica proibida qualquer erradicação, poda ou manejo de árvores, sem o expresse consentimento e autorização do setor competente da SEMA.

DA PERMANÊNCIA DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NO PARQUE

Art. 11 – A permanência de animais domésticos nas dependências do Parque, só será permitida se os mesmos estiverem acompanhados de seus tutores, utilizando coleira e sendo conduzidos por guia.

Parágrafo único – Cães de raças de grande porte, além de coleira e guia de condução devem estar usando focinheira.

Art. 12 – Para permanecer nas dependências do Parque, é necessário que o tutor tenha consigo saquinhos higiênicos, caso o animal faça suas necessidades, o mesmo deverá realizar a limpeza do local.

DAS DISPOSIÇÕES PARA O USUÁRIO

Art. 13 – Fica permitida a utilização de rádios, gravadores portáteis e quaisquer outros aparelhos de som, desde de que sua utilização não provoque desconforto, poluição sonora e incômodo aos demais usuários do Parque.

Art. 14 – É vedado, a qualquer tempo ao público e frequentadores do Parque:

I – depredar, danificar ou causar ato de vandalismo à sinalização existente, assim como a qualquer outro bem do patrimônio público incluindo canteiros e meio-fio;

II – Danificar, subir e escrever nas árvores do Parque;

III – Consumir Bebidas Alcoólicas;

III – Quebrar, danificar, subtrair ou praticar ato de vandalismo com os bens públicos do parque;

IV – Sujar, jogar, lançar galhos, detritos ou qualquer objeto nos corpos d'água e nas demais áreas do Parque;

V – Utilizar churrasqueiras, fogareiros, fogueiras, soltar balões, empinar pipas com cerol, queimar fogos de artifícios e fumar no Parque;

VI – Transitar com bicicletas no interior do Parque;

VII – Montar barracas, acampamentos ou qualquer similar nas dependências do Parque, sem a devida análise e autorização da Administração;

VIII – Praticar esportes de qualquer modalidade fora das áreas específicas e permitidas para tais atividades;

IX – Importunar de qualquer forma os usuários frequentadores e os animais existentes no Parque, devendo adotar postura de civilidade e educação para o adequado convívio social;

X – Fazer uso de buzinas, alto-falantes e outros aparelhos de amplificação de som, sob pena de serem apreendidos pela Fiscalização da SEMA, caso não estejam devidamente autorizados;

XI – Desenvolver, sem autorização da Administração, atividades em grupo que provoquem impactos e/ou perturbem o convívio no Parque;

XII – Desrespeitar ou desacatar as determinações e orientações dos servidores da Administração do Parque e dos vigilantes;

XIII – Praticar pesca ou subtração plantas de ornamentação no interior do Parque;

XIV – Abandonar animais domésticos e/ou silvestres no Parque, bem como maltratá-los, conforme disposto na Lei Federal nº 9.605/98;

XV – Conduzir cães sem a guia;

XVI – Não recolher os dejetos de seus animais ou dispor estes dejetos em local inapropriado;

XVII – Caçar, perseguir, maltratar ou aprisionar qualquer espécie de animal silvestre ou doméstico;

XVIII – Pescar ou apreender qualquer espécie de fauna aquática nos corpos d'água;

XIV – Adentrar o Parque portando arma de fogo, armas brancas ou similares;

XV – Fazer uso ou comercialização de drogas e entorpecentes;

XVI – plantar qualquer tipo de vegetação, inclusive árvores, flores ou arbustos, sem autorização da SEMA;

XVII – Poluir as águas com materiais ou resíduos colocados, diretamente ou não, nos corpos d'água existentes;

XVIII – Depositar ou jogar resíduos de qualquer natureza, fora de lixeiras ou recipientes destinados para tal fim;

XIX – Utilizar a área para a divulgação de materiais de cunho religioso, político, cultural, filantrópico e comercial, exceto quando previamente autorizado pela SEMA;

XX – Realizar eventos de qualquer natureza, sem autorização da SEMA;

XXI – Deixar no Parque pertences, objetos pessoais e quaisquer equipamentos que comprometam o uso e a circulação do local;

XXII – Fazer uso indevido de Autorização de Evento emitida pela SEMA;

XXIII – Promover atividades comerciais ou de prestação de serviços, fixas, ambulantes ou temporárias, sem estar devidamente autorizado;
Parágrafo único: Os frequentadores do Parque que infringirem as normas, sofrerá as sanções previstas no Código Municipal de Meio Ambiente e demais legislações correlatas.

Art. 15 – O trânsito de bicicletas só poderá ocorrer quando direcionado aos bicicletários, ou a caminho dos mesmos na entrada ou na saída, devendo ser limitada a velocidade ao máximo de 5 km/h, respeitando a sinalização existente e a orientação dos vigilantes do Parque.

Art. 16 – Os usuários de patins, skate ou similares deverão portar e utilizar os equipamentos de segurança necessários (capacete, munhequeira, cotoveleira, joelheira e outros), devendo os servidores e vigilantes em serviço solicitar e zelar pela conduta correta.

DA VISITA DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Art. 17 – A autorização para a entrada e permanência de grupos de estudantes e outros será de responsabilidade da Administração do Parque, com prévia análise e avaliação de requerimento.

§ 1º Para cada vinte (20) pessoas que compõem o grupo de visitantes de instituições de ensino deverá haver no mínimo um (01) monitor da instituição. Sendo o acesso ao Parque somente permitido com a presença do monitor.

§ 2º Todo e qualquer imprevisto que venha a ocorrer com estudantes ou membros das instituições de ensino será de inteira responsabilidade da entidade requerente/coordenador do grupo.

DA REALIZAÇÃO DE AÇÕES PROMOCIONAIS

Art. 18 – A realização de ações promocionais de qualquer natureza, sejam elas comerciais, políticas, religiosas, esportivas ou culturais serão permitidas, desde que com autorização emitida pela Administração do Parque.

Art. 19 – É proibida a realização de qualquer atividade que impeça ou prejudique a livre e espontânea circulação com segurança no interior do Parque, devendo ser assegurado o convívio harmonioso e civilizado de seus frequentadores.

DAS DISPOSIÇÕES PARA PERMISSIONÁRIOS E PRÁTICA DE COMÉRCIO NO PARQUE

Art. 20 – Fica autorizado a permanência de no máximo dois (02) permissionários vendedores de alimentos no interior do Parque Circuito Dr. José Adelino da Silva, desde que devidamente autorizados pelas Secretarias e setores competentes do município.

§ 1º O termo de concessão deverá especificar os tipos de alimentos e cardápio a serem ofertados pelos permissionários, não podendo coincidir com a venda de produtos iguais ou semelhantes.

§ 2º Os permissionários utilizarão as estruturas indicadas pela SEMA, que deverá proporcionar que ambos atuem na mesma área, praça única de alimentação do Parque.

§ 3º Além das responsabilidades quanto a permissão concedida pelo Município, fica(m) o(s) permissionário(s) obrigados a realizar contrapartida através da realização de limpezas diárias nos banheiros localizados na Praça de Alimentação, ficando sob suas despesas todo o serviço, inclusive aquisição de material de limpeza.

§ 4º A não observância do regramento estabelecido pela municipalidade deverá ensejar a cassação ou a não renovação das permissões.

Art. 21 – Fica vedado o ingresso ou permanência no Parque, de vendedores, camelôs, ambulantes, ou qualquer pessoa que pretenda ingressar e praticar comércio, excetuados os previamente autorizados pela SEMA e SEMUSB.

Parágrafo único – Cabe ao emissor da Autorização definir pontos onde o(s) comerciante(s) poderá desenvolver suas atividades comerciais ou de serviços, estando estes locais sujeitos a alterações, sempre que necessário, a fim de preservar o interesse público e ambiental, cuja limpeza deverá ficar sob a responsabilidade do(s) autorizado(s).

Art. 22 – Compete à SEMA a definição dos locais, passíveis de implementar atividade comercial ou de prestação de serviço ambulante ou fixa.

Art. 23 – Resguardado o interesse público, compete à SEMA definir a destinação das edificações existentes no Parque, podendo estas serem exploradas por atividades comerciais ou de prestação de serviços, desde que obedecidas as regras de licitação e atendidas as exigências.

Art. 24 – A Autorização concedida para fins do exercício da atividade de comércio ou prestação de serviço, será cassada quando não forem observadas as normas contidas neste Regulamento e demais dispositivos de natureza legal.

Art. 25 – Aos autorizados para o exercício de atividades comerciais ou de prestação de serviço, incumbe:

- I – Responsabilizar-se pela coleta e destinação dos resíduos ou invólucros dos produtos de sua comercialização;
- II – Manter o(s) extintor(es) de incêndio em lugar(es) acessível(is) e com carga dentro de sua validade;
- III – Dispor de coletores de lixo e proceder a sua substituição em conformidade com os critérios da SEMA;
- IV – Responsabilizar-se pela limpeza do entorno de seu equipamento, de acordo com a área “Dr. José Adelino”;
- V – Zelar pelo patrimônio público, inclusive informando à Administração do Parque, em casos de danos.

DAS DISPOSIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS

Art. 26 – A utilização do Parque Circuito Dr. José Adelino da Silva para eventos de qualquer natureza por pessoas físicas ou jurídicas, de natureza pública ou privada, deverá ser precedida de análise da SEMA, que poderá autorizar ou não a solicitação.

Parágrafo único – É atribuição da SEMA, através da Administração do Parque, autorizar os eventos, podendo interferir nas propostas sempre que julgar pertinente e útil para o Parque e sua população usuária. A autorização pela SEMA está regulamentada pela Lei Complementar Nº 138, de 28 de dezembro de 2001, Art. 18.

Art. 27 – O Parque Circuito por sua vocação e utilidade pública, dará prioridade para a realização de eventos, atividades e ocorrências voltadas ao Meio Ambiente, Educação, Cultura, Lazer e Esporte.

Parágrafo único. O autorizado é responsável por providenciar a limpeza do espaço horas após o término do evento;

Art. 28 – A Autorização para realização de eventos, deverá ser solicitada, por escrito à SEMA, com 15 (quinze) dias de antecedência, com os seguintes requisitos:

- I – Nome completo da instituição ou responsável;
- II – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável;
- III – Endereço completo da instituição ou responsável;
- IV – Data e local da utilização;
- V – Telefone ou ‘e-mail’ para contato;
- VI – Hora do início e término do evento;
- VII – Se houver, especificar tempo necessário para montagem e desmontagem dos equipamentos necessários à atividade;
- VIII – Finalidade da utilização;
- IX – Informar se haverá utilização de equipamento sonoro e, caso afirmativo, descrever o equipamento (som mecânico, microfone, instrumentos musicais, etc);
- X – Na eventualidade de instalação de palco por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, o autorizado deverá apresentar à SEMA cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pela montagem do palco;
- XI – Detalhamento, quando solicitado pela SEMA, de como acontecerá a atividade.

Parágrafo único – Quando o pedido for em prazo inferior a 15 (quinze) dias, a autorização será concedida para 15 (quinze) dias depois.

Art. 29 – O autorizado é responsável por providenciar a limpeza do espaço horas após o término do evento.

DA UTILIZAÇÃO DAS ÁREAS DESTINADAS A EVENTOS

Art. 30 – Qualquer instalação hidráulica, elétrica, locação de gerador, abastecimento de água com caminhões-pipa nas áreas internas do Parque, assim como outras necessidades correlatas para a realização do evento, serão de responsabilidade e custeadas pelo promotor do mesmo.

Parágrafo único – Para a realização de eventos no Parque, os interessados deverão cumprir as normas e procedimentos dispostos no Regimento do Parque Circuito Dr. José Adelino da Silva, nesse sentido a Administração do Parque procederá a devida fiscalização sobre as atividades dispostas no caput deste artigo.

Art. 31 – Durante e ao término do evento, todos os espaços utilizados serão vistoriados por servidores e funcionários da Administração, pelos vigilantes de plantão e em se verificando a ocorrência de qualquer dano ao patrimônio ou meio ambiente, o mesmo deverá ser recuperado em um prazo máximo de 20 (vinte) dias, após o ocorrido, pela entidade promotora do evento.

Parágrafo único – É de responsabilidade do autorizado qualquer dano as infraestruturas do local. Caso, seja impossível a reparação do dano causado, serão aplicadas as sanções previstas na Legislação correlata

vigente, não isentando o responsável de responder em outras instâncias pelos prejuízos causados.

Art. 32 – Os eventos realizados pelas demais Secretarias da Prefeitura, órgãos estaduais ou federais, deverão acatar também o que foi definido neste instrumento, considerando os regulamentos e procedimentos para a realização de eventos no Parque.

Art. 33 – Sempre que possível a Administração do Parque manterá, tendo em vista o adequado controle das necessidades e impactos na rotina do Parque, calendário de eventos mensal com a disposição de utilização dos espaços do Parque.

Art. 34 – Eventos, de médio e grande porte, realizados por entidades particulares devem ser compensados na forma de itens que servirão para benfeitorias e otimizar o uso do Parque Circuito Dr. José Adelino da Silva pelos municípios.

Art. 35 – Todo evento deverá ter um sistema próprio de segurança, limpeza, conservação e manutenção complementar do Parque, sendo de inteira responsabilidade da instituição promotora do evento, a ampliação e adequação necessárias ao número de seguranças, serviços de limpeza e gerais, atendimento as emergências médicas, sistemas de comunicação, higienização de banheiros, insumos e materiais de limpeza, disposição de lixeiras e locação de caçambas para retirada de lixo.

Parágrafo Único: A contratação dos serviços mencionados no caput deste artigo devem considerar as dimensões do porte do evento.

Art. 36 – Durante a montagem e desmontagem de estruturas de eventos, somente poderão circular nas áreas relativas ao evento, servidores e respectivos veículos relacionados aos mesmos, desde que estejam devidamente autorizados pela Administração do Parque.

Art. 37. - O Requerente será responsabilizado pelos atos de seus funcionários e prepostos perante a Administração Pública, ficando sujeito às penalidades de acordo com a legislação vigente.

Art. 38 – O não cumprimento de qualquer exigência citada anteriormente será de inteira responsabilidade da instituição promotora do evento, que responderá pela quebra das normas estabelecidas neste instrumento, sem prejuízo de responder em outras instâncias pelos danos e prejuízos causados ao Parque Circuito Dr. José Adelino da Silva e a comunidade usuária.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39º – Este Regimento entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, 05 de Fevereiro de 2020.

PAULO REGIS AGUIAR MOITA

Diretor do Departamento de Proteção e Conservação Ambiental – DPCA

ALEXANDRO MIRANDA PINCER

Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA

ÁLVARO LUIZ MENDONÇA DE OLIVEIRA

Secretaria Municipal de Integração – SEMI

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:073BCAD2

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 13/02/2020. Edição 2650

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita

informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO - SEMI
PORTARIA Nº 17/SEMI/2020

PORTARIA Nº 17/SEMI/2020 Porto Velho/RO, 09 de março de 2020.

O **Secretário Municipal de Integração**, no uso das atribuições que lhes são conferidas no inciso I do artigo 26 da Lei Complementar nº 650, de 08 de fevereiro de 2017 e o Decreto Nº 1454/I de 30 de março de 2017 e em conformidade com o que consta no Processo nº. 16.00041-00/2020.

R E S O L V E:

ARBITRAR E CONCEDER 05 e ½ (cinco inteiras e meia) diárias + ½ (meia) diária de deslocamento, para o servidor abaixo relacionado, a fim de se deslocar no período de 22/03 a 27/03/2020, para Brasília, por meio de transporte aéreo, com o objetivo de tratar de ações referente a aquisição de micro-ônibus e (03) três carros pequenos sob o convênio 882930/2019 calha norte; Agenda de trabalho no Ministério da Economia para tratar do recurso do fundo de trabalho e a implantação do atendimento do sine Zona Sul; Reunião de trabalho junto ao Ministério do Turismo referente liberação de recurso para manutenção da praça CEU.

NOME	Dados	Cargo	Destino	QTD.	Valor Unit.	Valor Total
Euzébio Lopes Novais	Matrícula: 308793	Subsecretário Semdestur	Brasília - DF	05 e ½ diárias + ½ diária de deslocamento (decreto 16.242)	R\$ 620,00	R\$ 3.720,00
Total						R\$ 3.720,00

ÁLVARO LUIZ MENDONÇA DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Integração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:AE17172C

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 11/03/2020. Edição 2668
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO - SEMI
PORTARIA Nº 21/GAB/SEMI/2020

PORTARIA Nº 21/GAB/SEMI/2020 Porto Velho/RO, 09 de Março de 2020.

O Secretário Municipal de Integração, no uso das atribuições que lhes são conferidas no inciso I do artigo 26 da Lei Complementar nº 650, de 08 de fevereiro de 2017 e o Decreto Nº 1454/I de 30 de março de 2017 e em conformidade com o que consta no Processo nº. 16.00046-00/2020.

R E S O L V E:

ARBITRAR E CONCEDER: 04 (quatro) diárias inteiras e 1/2 (meia) diária + 1/2 (meia) diária de deslocamento (Decreto nº 16.242), para os servidores abaixo relacionados, se deslocarem dia 16/03 a 20/03/2020, para São Paulo - SP, por meio de transporte Aéreo, com o objetivo de participar da feira de logística “Internacional South América”, através do convite da superintendência estadual de turismo – SETUR, para dar continuidade a proposta de trabalho em conjunto com as novas etapas do projeto de pesca esportiva (Porto Velho Sport Fishing), no qual a SEMDESTUR em parceria com o CONETUR são idealizadores, assim gerando oportunidade de divulgação das potencialidades turísticas ao mundo.

NOME	DADOS PESSOAIS	Cargo	Destino	QTD.	Valor Unit.	Valor Total
Lilian Simone de Souza Leite	Matricula: 285537	Gerente de Promoção do Turismo	São Paulo – SP	04 e 1/2 diárias + 1/2 diária de deslocamento (Decreto nº 16.242)	R\$ 500,00	RS 2.500,00
Mariluce Ferreira Gonçalves	Matricula: 298605	Assessor Nivel I	São Paulo – SP	04 e 1/2 diárias + 1/2 diária de deslocamento (Decreto nº 16.242)	R\$ 350,00	RS 1.750,00
Total						4.250,00

ÁLVARO LUIZ MENDONÇA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Integração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:B9832DF6

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 11/03/2020. Edição 2668
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO - SEMI
PORTARIA Nº 010/2020/GAB/SEMDESTUR

PORTARIA Nº 010/2020/GAB/SEMDESTUR PORTO VELHO - RO, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no uso das suas atribuições legais conforme o Decreto nº 12.931/13 lei Municipal nº 2.572 de 11.03.2019, publicada no Diário Oficial do Município nº2.414 de 12.03.2019.

CONSIDERANDO o dispositivo do art. 68 de no art. 73, inciso II da Lei Federal nº 8.666, 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º – DESIGNAR os servidores abaixo para compor a Comissão de Fiscalização e Recebimento do Contrato nº016/PGM/2020, que trata dos recebimentos dos serviços de Contratação de Empresa Especializada na prestação dos serviços de gerenciamento de frota (Manutenção Automotiva) para atender a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho – SEMDESTUR, pertencente do processo 16.00.0012/2020.

CADASTRO	NOME	FUNÇÃO NA COMISSÃO	SECRETARIA
320771	GLORINALVA GOMES FERREIRA	PRESIDENTE	SEMDESTUR
311481	JAIME WASCZUK	MEMBRO	SEMDESTUR
1000445	MARCIA BORGES DE LIMA	MEMBRO	SEMDESTUR

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

GLAYCE ANNE BARROS DE SOUZA BEZERRA

Subsecretária Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho
SEMDESTUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:5FEAC97D

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 18/11/2020. Edição 2841

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO - SEMI
PORTARIA Nº 011/2020/GAB/SEMDESTUR

PORTARIA Nº 011/2020/GAB/SEMDESTUR PORTO VELHO,03 DE DEZEMBRO DE 2020.

A **Subsecretária da SEMDESTUR**, no uso de suas atribuições, que lhe conferem a Lei Complementar nº. 648 de 06 de janeiro de 2017, e demais alterações.

RESOLVE:

Art. 1º – AUTORIZAR o servidor abaixo mencionado, para conduzir veículo oficial de acordo com a lei nº. 1948 de 28 de julho de 2011, que “dispõe sobre a condução de veículo oficial e dá outras providências”.

MATRÍCULA	CARGO	SERVIDOR	CNH
1000446	ASSESSOR NÍVEL III	MARIO JORGE SOUZA SOBRINHO	04110345681

Art.2º – Ao condutor cabe:

- I- Inspecionar o veículo antes da partida e final do percurso;
- II- Requisitar a manutenção preventiva e corretiva do veículo;
- III- Dirigir corretamente o veículo obedecendo a legislação de trânsito vigente e as normas desta portaria;
- IV- Prestar assistência necessária em caso de acidente;
- V – Zelar pelo veículo, inclusive documentação e impressos;

Art.3º – O veículo oficial deve ser utilizado estritamente para o desenvolvimento das atividades desta Subsecretaria.

Art.4º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se

GLAYCE BEZERRA

Secretária Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:BE6AD60D

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 08/12/2020. Edição 2855

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO - SEMI
PORTARIA Nº 030/GAB/SEMI/2020

PORTARIA Nº 030/GAB/SEMI/2020 Porto Velho, 30 de Junho de 2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no uso das suas atribuições legais conforme o Decreto nº 12.931/13 e Lei Municipal nº2.572, de 11.03.2019, publicada no Diário Oficial do Município nº 2.414, de 12.03.2019.

CONSIDERANDO a execução dos contratos, instituída pelo art. 73, inciso II “a” e “b” e parágrafos 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, publicada no D.O.U. nº 116 do dia 21.06.1993, combinado com o art. 79.

R E S O L V E:

DESIGNAR, o servidor abaixo para desempenhar suas atividades no cumprimento das competências inerentes ao respectivo cargo, temporariamente junto a Secretaria-Geral de Governo – SGG, até a data de 31/12/2020.

CADASTRO	NOME	CARGO	SECRETARIA
332130	WILLIAN CESAR SESTITO RIBEIRO	ASSESSOR NÍVEL I	SEMDESTUR

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se

ÁLVARO LUIZ MENDONÇA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Integração – SEMI

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:808B494D

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 01/07/2020. Edição 2744
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO - SEMI
PORTARIA Nº 031/GAB/SEMI/2020

PORTARIA Nº 031/GAB/SEMI/2020 Porto Velho, 10 de Julho de 2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no uso das suas atribuições legais conforme o Decreto nº 12.931/13 e Lei Municipal nº2.572, de 11.03.2019, publicada no Diário Oficial do Município nº 2.414, de 12.03.2019.

CONSIDERANDO a execução dos contratos, instituída pelo art. 73, inciso II “a” e “b” e parágrafos 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, publicada no D.O.U. nº 116 do dia 21.06.1993, combinado com o art. 79.

RESOLVE:

DESIGNAR, os servidores abaixo relacionados para compor na função de técnicos na inserção de dados no Sistema SIMPLAG, compondo como membros na Elaboração do Orçamento 2021, visando atender a Secretaria Municipal de Integração – SEMI, Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA e Subsecretaria Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho – SEMDESTUR.

Matricula	Nome	Cargo/Função	Lotação
241901	REINALDO MELO DO LAGO JÚNIOR	Diretor Administrativo	SEMI
76192	DURVANILSON SOUZA DA SILVA	Gerente da Divisão de Planejamento	SEMI

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Publique-se
Registre-se
Cumpra-se.

ÁLVARO LUIZ MENDONÇA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Integração – SEMI

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:411D7401

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 16/07/2020. Edição 2755
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO - SEMI
PORTARIA Nº 035/GAB/SEMI/2020

PORTARIA Nº 035/GAB/SEMI/2020 Porto Velho, 27 de Julho de 2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no uso das suas atribuições legais conforme o Decreto nº 12.931/13 e Lei Municipal nº2.572, de 11.03.2019, publicada no Diário Oficial do Município nº 2.414, de 12.03.2019.

CONSIDERANDO a execução dos contratos, instituída pelo art. 73, inciso II “a” e “b” e parágrafos 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, publicada no D.O.U. nº 116 do dia 21.06.1993, combinado com o art. 79.

R E S O L V E:

Estabelecer as normas e diretrizes sobre o registro de ponto eletrônico (e-ponto), durante o período que perdurar a pandemia do corona vírus (covid19), abrangendo os servidores pertencentes a Secretaria Municipal de Integração – SEMI, Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA e Subsecretaria Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho – SEMDESTUR.

Art. 1 – No dia que o servidor for escalado para o trabalho, deverá fazer o registro de entrada e saída normalmente no sistema de ponto do e-cidade.

I – Nos casos em que o servidor concluir suas atividades antes das 6h diárias exigidas, mas ficou trabalho a ser feito em casa (home office), ele deverá solicitar o abono de horas trabalhadas.

Exemplo: registro de entrada às 8h, registro de saída às 11h, deverá solicitar abono de horas trabalhadas de 3h, informando o trabalho em casa (home office).

Art. 2 – Só deverá solicitar abono integral (6h diárias), os servidores que estão executando no dia exclusivamente trabalho em casa(home office).

Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Publique-se
Registre-se
Cumpra-se.

ÁLVARO LUIZ MENDONÇA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Integração – SEMI

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:07024541

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 28/07/2020. Edição 2763
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO - SEMI
PORTARIA Nº 36/GAB/SEMI/2020

**SUBSECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA,
COMÉRCIO, TURISMO E TRABALHO – SEMDESTUR**
PORTARIA Nº 36/GAB/SEMI/2020

O Secretário Municipal de Integração, no uso de suas atribuições, que lhe conferem a Lei Complementar nº. 648 de 06 de janeiro de 2017, e demais alterações.

CONSIDERANDO a atribuição da SEMDESTUR de propiciar a geração de emprego e renda, a intermediação de mão de obra, de fomentar o desenvolvimento sustentável, atrair novos empreendimentos, bem como promover o reconhecimento dos bens produzidos no Município. E ainda tem por função cuidar da promoção e divulgação das atrações locais, fomentar a ação de apoio à pequena e média empresa, bem como de apoiar as atividades econômicas estratégicas para a geração de oportunidade de trabalho e riquezas no município.

CONSIDERANDO a crise econômica decorrente da pandemia que acarretou a suspensão total ou parcial das atividades produtivas, e a suscetibilidade dos distritos do município, tem-se a premente necessidade de implantar políticas adequadas para fortalecer os ramos produtivos que foram afetados nessas comunidades.

RESOLVE:

Art. 1º – INSTITUIR, em caráter temporário, Comissão Especial, a qual competirá realizar levantamento, *in loco*, sobre o impacto da pandemia nos Distritos de Porto Velho e diagnóstico dos setores produtivos mais afetados, que subsidiará o poder público na elaboração de políticas que visem minimizar os efeitos da crise.

Art. 2º – A comissão de que trata o artigo anterior será composta pelos seguintes membros:

Cad.	Nome	Cargo	Órgão
745	Paulo Sérgio Gomes	Secretário-Executivo	SEMDESTUR
327628	Rosildo Costa Lopes	Assessor Nível III	SEMDESTUR
320648	Lindomar Barbosa Alves	Assessor de P. Governamentais	SGG

Art. 3º – Conforme Plano de Trabalho, a cada visita deverá ser elaborado um relatório preliminar que comporá o relatório final a ser entregue em até 20 dias após o encerramento das visitas.

Art. 4º – A Comissão Especial, bem como a nomeação de seus membros, terá vigência até a data prevista para entrega do relatório final, podendo ser prorrogada caso haja alterações no cronograma do Plano de Trabalho.

Art. 5º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência.

Publique-se.

Cumpra-se.

ÁLVARO LUIZ MENDONÇA DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Integração

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:6ACD84D5

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 12/08/2020. Edição 2774

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO - SEMI
PORTARIA Nº 078/GAB/SEMDESTUR/2020

PORTARIA Nº 078/GAB/SEMDESTUR/2020 Porto Velho, 01 de Agosto de 2020

O SUBSECRETÁRIO MUNICIPAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E TRABALHO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no uso das suas atribuições legais conforme o Decreto nº 12.931/13 e Lei Municipal nº 2.572, de 11.03.2019, publicada no Diário Oficial do Município nº 2.414, de 12.03.2019.

CONSIDERANDO a execução dos contratos, instituída pelo art. 73, inciso II “a” e “b” e parágrafos 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.1993, publicada no D.O.U. nº 116 do dia 21.06.1993, combinado com o art. 79.

R E S O L V E:

DESIGNAR, o servidor abaixo para desempenhar suas atividades no cumprimento das competências inerentes ao respectivo cargo, temporariamente junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Serviços Básicos – SEMUSB, no período de 01/07/2020 a 31/12/2020.

CADASTRO	NOME	CARGO	SECRETARIA
300715	Sérgio de Lima Silva	Supervisor de Feira	SEMDESTUR

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se

EUZÉBIO LOPES NOVAIS

Subsecretário Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho – SEMDESTUR

Publicado por:

Fernanda Santos Julio

Código Identificador:25B342B9

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 05/08/2020. Edição 2769

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>